



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 33ª
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, terça-feira, 3 de dezembro de 2013, às 18h37min.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.738, de 2013, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 9 ausências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.738, de 2013, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser rápido na minha declaração de voto.

Eu estou acompanhando esse assunto desde o primeiro momento. Eu conversei com o Governador Agnelo e com o Chefe da Casa Militar a respeito disso já nas primeiras horas, e é bom que fique claro para todos os parlamentares: o que aconteceu nesse episódio foi uma “patuscada” feita pelo diretor da área de saúde.

O Governador Agnelo, Deputado Rôney Nemer, quando assumiu o GDF no dia 1º de janeiro de 2011, tinha restos a pagar desse mesmo plano de saúde de 2009 e 2010. Estavam lá os restos a pagar de 2009 e 2010 e S.Exa. quitou tudo, todos os restos a pagar foram quitados, não estava devendo nada a ninguém. O que fez o diretor do setor de saúde da Polícia Militar, Deputado Evandro Garla? Ao invés de ter se reportado ao Governador para que houvesse o remanejamento... A verdade é que a polícia tem hoje 52 milhões em caixa e não pode mexer com esse recurso, porque não tiveram a competência de encaminhá-lo para o Congresso para que se fizesse o remanejamento. Culpa da Polícia Militar do Distrito Federal, viu, Deputado Patrício? Não fizeram em tempo hábil.

E aí, o que faz o Coronel Cordeiro? Chama os proprietários de hospitais e os diretores das clínicas para dizer que estava suspendendo os serviços, quando teria que deixar o serviço ser prestado normalmente, a exemplo do que foi feito em 2009 e 2010, quando houve o atraso. E o governo quitou tudo. Logo, quem quitou a dívida dos outros não iria pagar alguns meses do atual governo? Portanto, foi uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

“patuscada” o que aconteceu na Polícia Militar do Distrito Federal e que precisa ser resolvida. Não dá para as pessoas ficarem administrando desse jeito.

Isso, no meu ponto de vista, é inclusive um boicote para criar toda essa celeuma de maneira desnecessária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para declaração de voto.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me somar às palavras do Deputado Chico Vigilante, e também à Deputada Eliana Pedrosa, que desde o princípio está nessa luta, e ao Deputado Patrício. Gostaria de dizer que, como bombeiro, eu já usei o sistema de saúde dos bombeiros, e sei dizer o quanto o PM, nesse período, está sofrendo com a sua família. Graças a Deus, hoje, a Câmara Legislativa, com um projeto encaminhado pelo governo, está reparando um erro – o Deputado Chico Vigilante usou um termo, uma terminologia diferente.

Quero dizer que, graças a Deus, hoje estamos corrigindo esse erro, um erro grotesco, para que se resolva a vida do policial e da sua família, porque a gente sabe que a saúde é necessária. Eu que já fiz e faço uso, porque ainda sou bombeiro, sei quanta dificuldade eles estão passando com a ausência dessa questão da saúde. Então, graças a Deus, hoje está sendo corrigido esse furo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje eu vou para casa feliz. Hoje eu vou para casa com um nível de satisfação incomensurável, porque, nesses poucos dias desde que foi deflagrada essa crise, eu pensava nessas famílias dos nossos policiais. Nós tivemos notícias, Deputado Evandro Garla, de que pessoas que tinham marcados exames críticos ou tratamentos como quimioterapia ou radioterapia tiveram que voltar para suas casas sem atendimento.

Então, isso, independentemente da função, independentemente de quem seja, já é uma situação muito difícil. E quando você tem um plano que atende, você não faz uma provisão de outra solução. Nós tivemos as famílias dos policiais militares extremamente impactadas. Eu imagino o que elas passaram nesses dias. E logo eles, como eu tenho dito, que têm a missão de zelar por todos nós, pela nossa segurança, das nossas famílias. Eu que, no passado, já sofri algumas ameaças e pude sempre contar com a Polícia Militar nessa proteção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Agora, não podemos simplificar os problemas. O Deputado Chico Vigilante chega aqui e fala que foi uma “patuscada”, presepada, não sei, só que nós temos que entender a posição de um ordenador de despesas. Eu já estive à frente de uma secretaria. Como é difícil, às vezes, você poder fazer aquilo que tem que ser feito, porque hoje a legislação é muito cruel com relação ao ordenador de despesa que não faz as coisas dentro daquilo que está previsto na lei.

O que aconteceu com o comandante, Coronel Cordeiro, se não me engano? Ele não tinha o orçamento para que pudesse ser empenhado. Essa é que é a realidade. O Deputado Chico Vigilante falou: “Tinha restos a pagar e foi pago.” Quando você tem restos a pagar, é porque tinha orçamento e você pôde empenhar, como se tinha o financeiro para pagar naquele momento, então você pode fazer o empenho. Agora, no caso, naquele momento, não se tinha o orçamentário para que fosse feito o empenho. E eu imagino como ele deve ter ficado agoniado. E ficou realmente porque ele expediu vários ofícios ao seu comandante para que ele tomasse uma providência, para que ele pedisse que esses recursos viessem.

Penso que, em toda essa crise que foi gerada com a Polícia Militar, a Câmara Legislativa tem que apurar onde está esse gargalo, onde está esse erro, para que ele não se repita. Não é para que se encontrem culpados, não, é para que não se repita, Deputado Wasny de Roure, para que não se repita.

Se nós formos olhar esse orçamento, nós vamos ver que nos dois últimos anos foram devolvidos na ordem de 50 milhões de reais que não foram gastos. Quem está com a gestão do Fundo Constitucional não teve nenhum indicativo, não chegou pra eles nenhum indicativo de que teria que se mexer no orçamento, porque às vezes você tem orçamento, você tem para investimento e você tem para custeio; o fato de ter o orçamento lá no investimento não permite ao gestor tirar daquela rubrica e remanejar por conta própria. Teria que ser através de uma iniciativa que tramitasse no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. A situação que foi gerada é uma situação muito grave, grave porque faltaram recursos, grave porque se trata de saúde, grave porque se trata de quem tem que cuidar da gente.

Então, hoje nós fizemos um dever de casa: passamos por cima do Regimento Interno da Câmara Legislativa, fizemos a aprovação de um projeto a toque de caixa. Agora, é importante que a Câmara Legislativa possa dar a sua contribuição efetiva para saber onde foi esse erro de gestão que levou a uma crise tão séria. Uma crise tão séria que poderia ter uma repercussão muito maior se não fosse a responsabilidade, se não fosse esse espírito que os nossos policiais militares têm. Por mais que falem – e no início até se aventou numa sabotagem –, eu não acredito nisso. A formação dos nossos policiais militares, como dos nossos policiais civis e dos bombeiros, é das melhores, e, portanto, nós temos as melhores forças do Brasil aqui sediadas na nossa Capital.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Penso que nós temos que investigar para saber que tipo de problema surgiu para que ele não se repita mais, para que nós não tenhamos que passar por cima do nosso Regimento Interno, para que os policiais não sofram esse tipo de constrangimento, para que a população não fique num clima de insegurança, enfim, para que esse ordenamento que nós vivemos de muita paz aqui no Distrito Federal possa prosperar. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada.

Concedo apalavra ao Deputado Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, vou falar daqui da tribuna também. Na verdade, vou corroborar com as palavras de alguns dos companheiros que vieram aqui para fazer declaração de voto.

É importante, primeiro, agradecer a V.Exa. pela sensibilidade que teve de receber o projeto agora no final da sessão e já colocá-lo em votação em primeiro e segundo turnos, o que mostra a responsabilidade que V.Exa. tem com o Poder Legislativo, com a sociedade, e principalmente o compromisso com os companheiros policiais militares que V.Exa. tanto defendeu, seja como Secretário de Fazenda, Deputado Distrital ou Deputado Federal, como foi lá no Congresso Nacional. E aos Parlamentares que tiveram a sensibilidade de aceitar o projeto aqui, fazer a relatoria em plenário e a votação.

Agora, algumas coisas precisam ficar claras, Sr. Presidente. Eu encaminhei à Polícia Militar, aprovei o requerimento aqui na Câmara pedindo informações e cópias dos contratos do Fundo de Saúde da Polícia Militar no ano de 2011, 2012 e 2013, para que os Parlamentares possam se debruçar em cima de onde foram gastos esses recursos. Onde foram gastos?

O simples fato de aprovar aqui hoje esse projeto é para trazer de volta ao policial militar, que está nas ruas se sacrificando e dando segurança à sociedade, a dignidade e o respeito para que ele continue prestando o seu serviço. Mas é importante lembrarmos aqui que houve um atentado aos direitos humanos dos policiais militares. Nós vimos o depoimento do policial Leomar, que foi alvejado nas ruas, e ficou tetraplégico, e não tinha atendimento médico já previamente marcado, e de outros policiais militares que não tiveram cirurgias, hemodiálises e atendimentos de urgência.

Então, é importante que a gente faça uma investigação na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para que se restabeleça a verdade. Aqui é importante lembrar, Sr. Presidente, que a aprovação desse projeto, na Câmara, de 35 milhões, somados com mais 7 milhões lá na saúde que a PM tem, e mais 1 milhão e meio mais ou menos para investimento em determinada área, que pode ser mudado pelo comandante... É bom lembrar que, para aprovar esse projeto, é porque houve retirada de recurso da saúde da Polícia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Militar. Senão não precisava estar aprovando esse projeto. O comandante da Polícia Militar, que é o Coronel Jooziel, sabia da retirada do recurso. O Coronel Cordeiro era o executor. Então, o comando da Polícia Militar foi conivente com a retirada dos recursos da saúde do policial militar.

Está efetivada e comprovada, com a aprovação desse projeto aqui hoje, a má gestão do comando da Polícia Militar. A Câmara vai apurar, Deputado Chico Vigilante. Nós vamos apurar! O Governador Agnelo, quando puxa para ele a responsabilidade, determina à Casa Militar que faça a negociação com os órgãos credenciados, a elaboração do projeto, e o encaminhamento para a Câmara, determina, inclusive, que a gente apure e puna os responsáveis. Não pode, num governo democrático e dos trabalhadores, termos trabalhadores sofrendo atentados contra os direitos humanos, que foi o que houve com os policiais militares.

Amanhã, inclusive, para que todos aqui saibam, nós temos, às 9h da manhã, a assembleia dos policiais militares e bombeiros na rodoviária do Plano Piloto. É uma categoria que está em manifestação reivindicando uma reestruturação de carreira. Reestruturação, Presidente Deputado Wasny de Roure, que nós aqui na Câmara aprovamos de mais de 24 categorias de servidores. Mais de 24 categorias tiveram reestruturação aprovada aqui na Câmara Legislativa. Esses profissionais merecem do Governo do Distrito Federal, do Governador Agnelo e do Governo da Presidente Dilma o respeito devido para que a reestruturação seja encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governador Agnelo, seja aprovada, e esses profissionais tenham restabelecida a dignidade e possam voltar a dar segurança digna para a sociedade no DF.

Nós tivemos uma operação da Polícia Militar no último final de semana, e o resultado foi pífio porque os policiais militares estão desmotivados, os bombeiros estão desmotivados. E não adianta o Secretário de Segurança Sandro Avelar vir, com números falaciosos, dizer que a segurança pública está natural e de maneira normal no DF, porque não está. Nós temos uma crescente na violência e na insegurança do Distrito Federal, e o Secretário de Segurança, Sandro Avelar, que não passa da Rainha da Inglaterra, e o Comandante da Polícia Militar precisam sentar na cadeira e efetivamente administrar a segurança pública do Distrito Federal.

Eu cobrarei na próxima semana dos dois, do secretário e do comandante, quando ele voltar do Mato Grosso, para que eles assumam de fato. Se o Governador Agnelo bem pensar, exonera o comandante da Polícia Militar pela sabotagem que ele fez no governo dele. Porque isso não deveria ter acontecido. Então, o comandante é responsável. Ele deve indicar alguém que tenha respeito por ele como governador, respeito pela sociedade e, mais ainda, respeito por quem comanda, porque hoje o comandante-geral não tem dignidade para comandar a tropa que está à frente dele.

É isso, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2013	18h10min	33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu só quero apoiar as palavras do Deputado Patrício. Eu estive nesse final de semana em Planaltina e conversei com alguns policiais militares, e a tristeza da tropa por esse corte no convênio devido à má gestão que houve na Polícia Militar, eu não quero mencionar nomes de ninguém, porque não conheço a fundo como o Deputado Patrício, é incabível. Eu acho que de fato tem de se apurar

O governador tem de tomar uma providência, porque a tropa lá na ponta sentiu, e sentiu mesmo, a falta desses convênios. Isto, inclusive, foi matéria do *Correio Braziliense*: relatos de pessoas que tinham consultas e cirurgias que acabaram por serem canceladas. Então, tem de se apurar e V.Exa., como Presidente, tem de cobrar isso da Polícia Militar e do governo também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Informo aos colegas que, de acordo com entendimento no transcorrer desta sessão, o dia de amanhã está reservado para apreciação das proposições dos Srs. Parlamentares. Portanto, o *quorum* é fundamental para que possamos deliberar. Essas são as últimas sessões deste ano, e há o acordo de que, na próxima semana, tenhamos sessões deliberativas na terça, quarta e quinta-feira para que no último dia não cheguemos à madrugada apreciando proposições de Deputados e do próprio governo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Amanhã, será apreciação apenas dos projetos dos Parlamentares?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em princípio, sim, porque boa parte dos projetos ainda está retida na Comissão de Constituição e Justiça para vir ao plenário com todas as deliberações. Conforme entendimento dos Srs. Parlamentares, as comissões têm a prerrogativa de apreciar as matérias que tramitam nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h56min.)